



# Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1989

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 100.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1989

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (53). Achando-se ausente o Deputado Pedro Tonelli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM Nº 105/89

Curitiba, 1º de dezembro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito su-

plementar no valor de NCz\$ 172.406.775,00 (cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e setenta e cinco cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pelo Decreto nº 4.609, de 30 de dezembro de 1988.

Tal crédito será utilizado no programa Assistência Médica Sanitária, desenvolvido pela rede estadual de serviços de saúde, integrada pelos Postos de Assistência Médica do INAMPS e pelas redes municipais, além dos demais serviços de saúde, utilizados de forma complementar, tanto na rede ambulatorial como hospitalar, e que será aplicado nas seguintes espécies de despesas:

Detalhamento da Despesa	NCz\$ 1,00
4130.05.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial - Material de Consumo	17.755.520
4130.07.02 - Investimentos em Regime de Execução Especial - Outros Serviços e Encargos	154.651.255

Os recursos para cobertura do presente crédito são provenientes de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade decorrente do Termo Aditivo nº 03/89 - SUDS, assinado em novembro próximo passado com os Ministérios da Previdência e Assistência Social, Saúde, da Educação, do Trabalho, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e o Governo do Estado do Paraná com a interveniência da Secretaria de Estado da Saúde, conforme documento em anexo.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 172.406.775,00 (cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e setenta e cinco cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, destinados a cobrir despesas com Investimentos em Regime de Execução Especial, conforme discriminação abaixo:

Dotação: 8500.13750212.027	NCz\$ 1,00
4130 - Investimentos em Regime de Execução Especial	172.406.775

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura de crédito de que trata o artigo 1º desta lei, o excesso de arrecadação proveniente do 3º Termo Aditivo firmado entre os Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Educação, do Trabalho, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e o Governo do Estado do Paraná com a intervenção da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 116/89

Curitiba, 07 de dezembro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 5.451.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pelo Decreto n° 4.609, de 30 de dezembro de 1988.

Tal crédito será utilizado em construção, ampliação, reconstrução, melhorias, reparos e adaptações de unidades escolares do Paraná, e que será aplicado nas seguintes espécies de despesa:

Detalhamento da Despesa	NCz\$ 1,00
4130.07.02 - Investimentos em Regime de Execução Especial - Outros Serviços e Encargos	863.000
4130.31.03 - Investimentos em Regime de Execução Especial - Construção de Prédios Públicos	1.918.000
4130.48.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial - Transferências de Capital a Municípios	2.670.000

Os recursos para cobertura do presente crédito são provenientes de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade, conforme documento em anexo.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 5.451.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, destinados a cobrir despesas com

Curitiba, quarta, em 13.12.89

Investimentos em Regime de Execução Especial, conforme discriminação abaixo:

Dotação: 3479.08421882.146  
4130 - Investimentos em Regime de Execução Especial  
NCz\$ 1,00  
5.451.000

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo 1º desta lei, o excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 117/89

Curitiba, 07 de dezembro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 7.120.000,00 (sete milhões, cento e vinte mil cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Maringá, aprovado pelo Decreto n° 4.609 de 30 de dezembro de 1988.

O referido crédito será utilizado para atender despesas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, além da continuidade das obras do Campus Universitário, e que será aplicado nas seguintes espécies de despesas:

Detalhamento da Despesa	NCz\$ 1,00
Outras Despesas Correntes	4.020.000
Despesa de Capital	3.100.000

Os recursos para cobertura do presente crédito são provenientes de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 7.120.000,00 (sete milhões, cento e vinte mil cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Maringá, destinados a cobrir despesas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, além da continuidade das obras do Campus Universitário, conforme discriminação abaixo:

NCz\$ 1,00  
 Dotação: 2300.08442052.091  
 Outras Despesas Correntes 4.020.000  
 Dotação: 2300.08442081.021  
 Despesas de Capital 3.100.000

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo 1º desta lei, o excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 257/89, de autoria do Poder Executivo, que trata do Orçamento do Estado para o exercício de 1990.

Sala das Sessões, em 13.12.89.

(a) ACIR MEZZADRI

##### REQUERIMENTO N° 2969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n° 383/89, constante da Ordem do Dia de hoje, em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 13.12.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

##### REQUERIMENTO N° 2974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 348/89, e o cancelamento do regime de urgência.

Sala das Sessões, em 13.12.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

##### REQUERIMENTO N° 2959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal para o Projeto de Lei n° 373/89, e emendas.

Sala das Sessões, em 13.12.89.

(a) RAUL LOPES

##### REQUERIMENTO N° 3048

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, com amparo no artigo 5º, parágrafo 3º, das Disposições Constitucionais Transitórias, LICENÇA para afastamento das suas atividades parlamentares, para que possa atender ao compromisso legal de Vice-Prefeito de Curitiba, assumindo a chefia do Poder Executivo Municipal, em decorrência do afastamento, no período compreendido entre 18 de dezembro de 1989 e dois de janeiro de 1990, do Prefeito Jaime Lerner, que está autorizado pela Câmara Municipal de Curitiba, a licenciar-se no período correspondente.

Sala das Sessões, em 13.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 389/89  
 À Assembléia Legislativa  
 do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES DE DOUTOR CAMARGO" com sede e foro no Município de Doutor Camargo-Pr.

Art. 2º - A presente lei ficará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.89

(a) FERRARI JÚNIOR

Projeto de Lei n° 390/89  
 À Assembléia Legislativa  
 do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao engenheiro ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.89

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das melhores "cabeças" do Paraná moderno, Alexandre Fontana Beltrão, é superlativamente um "cidadão benemérito".

Não há como negar, na paisagem moderna do Paraná, a sua contribuição ímpar, expressa em estudos para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paranapanema, análise econômica do aproveitamento de carvão das minas de São Jerônimo da Serra, estudo econômico e financeiro para obtenção de recursos junto ao BNDE da usina hidrelétrica de Capivari Cachoeira, todo o diagnóstico da conjuntura econômica do Paraná e a estratégia de desenvolvimento do Estado - nos anos 60 - formulada no Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná, implantado pelo primeiro governo Ney Braga, e enviado a Punta del Esté para a reunião intercontinental da Aliança para o Progresso.

Ou ainda, os estudos de reequipamento do Porto de Paranaguá, a criação da Café do Paraná, a criação da Codepar que se desdobraria no Banco de Desenvolvimento do Paraná, BADEP, a criação da Fundepar, dezenas de projetos de Saneamento, e dezenas de estudos de Economia de elevado nível.

No entanto, Alexandre Beltrão é insuperável no seu envolvimento com o progresso do Estado e da Nação, no processo econômico do ciclo cafeeiro. Na ONU, foi o representante do Paraná na conferência que criou o "Convênio Internacional do Café", foi consultor do IBC, chefe do escritório do IBC em Nova Iorque, presidente do Bureau Panamericano do Café, e finalmente presidente do Comitê mundial de Promoção do Café.

Em 1968, foi convidado, pela sua competência e seriedade, a ser Diretor Executivo da Organização Internacional do Café, onde permanece até hoje, tendo sido reeleito várias vezes.

Residindo atualmente em Londres, sede da OIC, Alexandre Beltrão, beneficiou o Paraná, através do Fundo de Diversificação da OIC, com dois financiamentos vultuosos, que permitiram viabilizar o INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ - IAPAR - de Londrina, e o TERMINAL PARA EMBARQUE DE SOJA A GRANDEL NO PORTO DE PARANAGUÁ.

Como se já não bastasse a sua intervenção na história do nosso Estado, quando, exercendo o poder político como um "criador de novas realidades" possibilitou na então secretaria de Viação de Obras Públicas do Paraná o projeto, com recursos da CODEPAR, para a implantação da Estada do Café.

Alex atuou, ainda, no setor cultural, ao lado de Adherbal Stresser e de Eduardo Virmond, como fundador, e curador para o Rio e SP, do Museu de Arte do Paraná, hoje instalado no Palácio São Francisco, no Setor Histórico de Curitiba.

É exatamente esta "criação de novas realidades" o papel benemérito de Alexandre Fontana Beltrão que pedimos à Assembleia, seja reconhecido em diploma legal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada. Voltamos à tribuna nesta tarde, para que registremos nesta Casa o prêmio recebido pelo Banestado, classificando-o mais uma vez, em duas vezes consecutivas o prêmio "Martin Bertin", desse banco que orgulha a nós paranaenses. Esta Casa conhece e o Paraná sabe por que o Banestado tem desenvolvido, sabe os motivos demonstrados

Curitiba, quarta, em 13.12.89

por toda a população, o reconhecimento por esta Casa, quando da outorga do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, pelos Senhores Parlamentares, na pessoa de Carlos Almeida, que ao meu ver numa postura de um gigante, de um paranismo acima de tudo coloca o Paraná perante o País numa posição invejável no "ranking" bancário, colocando um banco estatal, ou seja o Banestado já em segundo lugar neste País.

Mas não é só o Almeida, esse paranaense, esse homem que tanta coisa tem dado a este Estado, tanto tem feito pelas comunidades, não só ele pessoalmente como toda a equipe do Banestado, todos os seus funcionários, toda a estrutura que vem desempenhando e levantando os melhores resultados com essa equipe afinada em todos os sentidos.

É de se reconhecer. E nós paranaenses estamos orgulhosos por essa posição do Banestado. Afinal de contas o Banestado não é um banco só do Governo do Estado. Este é um banco com participação popular, com participação do povo. Este banco é um orgulho para nós paranaenses.

Passa Governo e Governo e este banco continua. Mas desta vez os números têm sido os melhores para nós paranaenses.

Está de parabéns a estrutura administrativa, na pessoa de Carlos Almeida, companheiro lá do Sudoeste, que vem brilhando, levantando esta bandeira do Paraná em todos os cantos pela sua franqueza, a sua seriedade no trato das coisas públicas. E desses exemplos que nós precisamos, é de resultados concretos e positivos para que a Nação brasileira tenha, menos dia mais dia, um paranaense na frente de negócios deste País.

E quando falo de Banestado, falo também do BRDE... Senhor Presidente, só um minuto para concluir o agradecimento. Muito obrigado.

Gostaria de agradecer a imprensa do Estado do Paraná, o jornal Gazeta do Povo; o "Jornal do Estado", "Indústria e Comércio"; "Correio de Notícias", "Estado do Paraná"; "Gazeta Mercantil"; "A Notícia"; "O Jornal de Santa Catarina"; "O Estado de Florianópolis", pelo apoio da imprensa que deram à repercussão dos atos que realizamos nos três Parlamentos Legislativos dos três Estados.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores.

Comparecemos à tribuna da tarde de hoje para dizer do nosso descongelamento, e eu diria até indignação de nossa parte com

relação a algumas entidades que se dizem representativas e no nosso entendimento elas o são dos servidores públicos do Estado do Paraná.

No dia 07 de outubro, lendo a "Folha de Londrina", nós nos deparamos com a folha do Professor, publicação 235, onde trazia matéria com os seguintes títulos: "Vocês viram que vergonha!" E arrola aqui uma série de inverdades nesta matéria, e nós estamos inclusive remetendo correspondência à APP para que no mesmo espaço nos dê o direito de resposta, porque nesta matéria a APP, que se diz representante dos professores do Paraná e nós acreditamos que ela o é, ela acusa uma série de Parlamentares de terem votado e de terem apresentado emendas que pretendia levar o pagamento dos servidores do dia 30 para até o dia 10 do mês subsequente; e anota o nosso nome como autor de uma dessas emendas, a emenda n° 001 em redação final. Uma mentira, uma inverdade, uma falta de capacidade daqueles que vão aos jornais escrever, atacando Parlamentares, porque não tiveram a dignidade e a capacidade de ler o que dizia a emenda n° 001 em redação final do Projeto de Constituinte, que tratava não do capítulo dos servidores públicos, mas que tratava do artigo 154 daquele Projeto e que dizia de coisa bem diferente, que era a reforma agrária e a política agrícola do Estado.

Mentiu a APP, mentiram os seus representantes, caluniou e deverá se retratar porque esta é a verdadeira democracia e se eles evidentemente pregam a democracia terão que no mesmo espaço se retratarem, porque nós estamos remetendo os documentos necessários para isso.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma nota no jornal nos deixou indignados, porque ela atinge não só a nós, mas também ao ilustre Deputado Erondy Silvério. Dia desses aqui na Assembléia um cidadão, um rapaz, um jovem rapaz, não sei o seu nome, não sei de onde vem, para onde vai, estava aqui neste plenário colhendo assinaturas dos Srs. Deputados num termo de compromisso onde os Srs. Deputados assumiam compromisso de não analisar, de não debater, de não discutir nenhuma outra proposta de quadro único enquanto não viesse a proposta elaborada pela coordenação geral dos trabalhadores. Eu me recusei a assinar aquele termo de compromisso, o Deputado Erondy Silvério me disse também que não assinou, e hoje o jornal "O Estado do Paraná" traz em uma das suas páginas: "Funcionalismo discute o Quadro Único;" e diz lá no final: através desse grupo de mobilização já se conseguiu até o momento o apoio de vinte e oito Deputados enquanto apenas dois se negaram a lutar.

Vejam a inverdade, a mentira, de pes-

soas mal-intencionadas que comparecem a este Parlamento e que colhem na boa fé a assinatura dos Srs. Parlamentares e depois vão à imprensa denegrir o nome, a imagem daqueles que se negaram a defender os servidores públicos, porque na Constituinte Estadual fomos um daqueles que defendemos o regime único, um quadro único. Se negamos a assinar um termo de compromisso é verdade, e se voltarem aqui a pedir assinatura nós nos negaremos mais uma vez, porque o compromisso maior é com o povo do Paraná, e no meio do povo do Paraná está o servidor público, nós já assumimos, nós já assinamos quando recebemos o voto, quando juramos cumprir a Constituição, quando recebemos o nosso diploma. Não sei o nome desse cidadão que aqui veio, não me interessa saber, mas me interessa dizer sim, à coordenação geral dos trabalhadores que está discutindo essa matéria que não ajam com a imprudência que estão agindo atacando Parlamentares que são seus defensores, que são pessoas que sempre buscaram o bem comum do povo paranaense inclusive do servidor público, e que não venham com inverdades dizendo que apenas dois Deputados se negaram a lutar ao lado dos servidores, o Deputado Erondy Silvério e esse que nos fala, Deputado Orlando Pessuti. Uma mentira deslavada praticada por gente mal-intencionada que não sabe o que quer, que certamente não saberá para onde pretende ir. Nós sabemos o que pretendemos, nós temos um compromisso com o povo do Paraná e com os servidores, não precisamos a toda hora ficarmos assinando aqui nos corredores termos de compromisso de não analisar nenhuma proposta.

Se o Deputado Mezzadri apresentar uma proposta eu me submeto a analisá-la, não quero dizer que vou votar a favor, se o Deputado Nereu apresentar, o Deputado Paulino, se a UDR, se a igreja progressista apresentar, quem quer que seja que apresente uma proposta neste Parlamento receberá de nós a análise de sua proposta, poderá não receber o voto. São indignas essas pessoas que tentam manchar a honra e a dignidade de Parlamentares. São mal-intencionados, mentirosos, e deverão, se tiverem vergonha na cara se retratar no mesmo Jornal onde nos acusaram.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Apresentamos a este Plenário, um requerimento para envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias e ao Dr. Jaime Paciornick, Superintendente do IPE - Instituto de Previdência

do Estado, solicitando o imediato repasse pelo Governo do Estado das verbas devidas ao IPE.

Hoje, Senhores Deputados, é caótica a situação do Instituto de Previdência do Estado e, salvo melhor juízo, poderíamos afirmar que está em franco processo de falência.

O IPE está operando em vermelho, porque a sua receita é muito inferior às suas despesas, o que acarreta um déficit financeiro na instituição.

O pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios pelo IPE aos assegurados, a manutenção do sistema de assistência médica e outros serviços do IPE estão, a cada dia mais difíceis de serem mantidos.

E quem é o maior responsável por isso?

O Estado. O Estado que, através do governo, deveria repassar, no mínimo, 3% da folha de pagamento do funcionalismo estadual ao IPE e que, desde 1963, repassou uma única vez, ignorando a carência de recursos para a manutenção daquele instituto.

A APP - Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná, tem recebido denúncias de professores de todo o Estado de que está havendo descredenciamento em massa de hospitais e médicos que prestam serviço ao IPE, motivados por retenção de pagamento por parte do Estado.

Vossas Excelências, Senhores Deputados, não podem desconhecer a gravidade e os prejuízos que tais fatos já estão acarretando aos servidores que, com seu salário altamente defasado, não têm outro recurso para conseguir assistência médico-hospitalar, senão através do IPE, o Instituto para o qual contribuem.

Hoje, qualquer filiado ao IPE que necessita de exames, deve pagar 30% dos custos, para obter o exame desejado e, no interior do Estado, já é comum os funcionários públicos pagarem as consultas médicas também, mediante autorização para desconto em folha, coisa que jamais foi feita pelo IPE.

A falta de recursos para manutenção do sistema e, ainda, o pagamento atrasado e com valores defasados dos serviços prestados pelos hospitais e médicos conveniados ao IPE, contribui sobremaneira para uma queda drástica no padrão e qualidade dos servidores do IPE, acarretando numa insatisfação generalizada tanto por parte dos médicos e outros profissionais, como por parte dos assegurados.

E, o que tudo isso que acabamos de relatar reflete, Senhores Deputados?

Exatamente, que o IPE está em falência.

E há uma explicação para isso.

Nos quinze primeiros anos da existência

Curitiba, quarta, em 13.12.89

do Instituto, houve um progressivo crescimento da receita e um pequeno percentual de despesas, refletido pelo grande número de contribuintes do órgão e às poucas despesas que tinha em virtude de os novos assegurados estarem na faixa entre 18 e 28 anos de idade, faixa que está colocada a salvo da maioria das enfermidades e distúrbios orgânicos e a quase inexistência de aposentadorias e benefícios a serem pagos.

Essa média foi mantida por vários anos e, hoje, a situação é totalmente inversa àquela de quinze anos atrás. A pirâmide colocada no início está invertida e, a despesa é inúmeras vezes maior que a receita, em virtude de uma grande parte dos seus assegurados, na idade a partir de 28 anos, começar a recorrer com maior frequência aos serviços do órgão e, logicamente, há milhares de aposentadorias, pensões e demais benefícios a serem pagos.

O Instituto de Previdência do Estado, IPE, não tem recursos aplicados em fundo de ações ou coisa parecida e o seu patrimônio é irrisório perto do que poderia haver sido constituído.

O retrato é de real falência, agravado pela insensibilidade do Governo em não determinar os repasses que poderiam propiciar a manutenção do IPE e que, quiçá, recuperá-lo da sua triste situação.

Hoje, mais do que nunca, os 3% da folha de pagamento do funcionalismo estadual têm de ser repassado ao IPE.

Não falamos, sequer, no pagamento dos repasses atrasados, retroativos aos anos em que o Governo "caloteou" o IPE e os seus contribuintes.

O não repasse dos recursos ao IPE, previstos na Constituição do Estado - implica em grave irresponsabilidade política e administrativa da classe dirigente do nosso Estado que pode, por inconseqüência e omissão, deixar ir à "banca-rotta" um dos mais prestigiosos e importantes órgãos de previdência, modelar que foi considerado em todo o País.

Amparados no artigo 38 das Disposições Transitórias no artigo 42, parágrafo 4º da Constituição do Paraná, bem como na Lei nº 4.756/63, e no Decreto nº 14.585/64, solicitamos aos nobres Deputados nesta Casa, responsáveis, compromissados com o povo do Paraná, a intercessão junto ao Governo do Estado, para que sejam honrados os seus compromissos com o Instituto de Previdência do Estado, repassando imediatamente as verbas que lhe são devidas, evitando um colapso total no atendimento aos servidores públicos estaduais, que, segundo apurou uma comissão de sindicância no IPE, há alguns anos, previa a falência total em 1986.

Hoje, pressionar o repasse dos recur-



sos do Estado para o IPE não implica na simplória defesa dos interesses dos servidores públicos do Estado mas, a defesa dos interesses de todos os paranaenses, quando se trata da defesa de um patrimônio público e a defesa da Constituição promulgada em 05 de outubro, escrita à luz dos interesses maiores do povo paranaense."

Era essa a nossa posição, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, nós queremos nos referir ao pronunciamento do nobre Deputado Orlando Pessuti feito há poucos instantes.

Ao contrário do nobre Deputado Orlando Pessuti, eu não estou indignado não. Eu também fui procurado por dois rapazes, um deles é funcionário desta Casa, para assinar um compromisso de apoiar a emenda à Mensagem Governamental que já chegou a esta Casa, resultante de um acordo entre uma entidade que se diz representativa de todo o funcionalismo público do Paraná e o Secretário de Administração, Mário Pereira.

E eu disse aos dois rapazes que não assinaria nenhum compromisso, porque na minha atuação parlamentar, eu não estou preso a compromissos senão com o povo do Paraná.

Eu não estou preso com compromissos com segmentos da população paranaense, muito menos com segmentos do funcionalismo público do Estado. Eu apoio aquelas iniciativas que partem do Governo do Estado, porque ele que tem a chave dos cofres do Tesouro. Ele que sabe a capacidade de endividamento do Estado. É o Poder Executivo, isto é da Constituição, que determina o percentual que pode ser oferecido a determinadas classes funcionais.

É evidente que quando transitam por esta Casa, emendas exequíveis de serem transformados em lei, de serem aceitas por quem de direito, que é o Chefe do Poder Executivo é evidente que eu apoio.

Está circulando na Casa, está recebendo Parecer neste instante, uma emenda do nobre Deputado Raul Lopes, eu ainda não li, eu ainda não conheço o teor da emenda, eu não sei se esta emenda não vai inviabilizar toda a mensagem do Governo, porque uma coisa é receber aplausos aqui nesta Casa das galerias e a outra é votar com consciência.

Não adianta eu votar aqui, voto com a emenda, voto a favor do funcionalismo, o Governador veta, chega aqui na Casa, eu voto pela manutenção do veto, não, isto é uma posição incoerente, é uma posição dú-

bia, que eu nunca assumi e jamais assumirei nesta Casa.

Quanto às afirmações desses dois jovens que aqui estiveram, representando o Sindicato dos funcionários do Estado, de que eu estou contra o funcionalismo público, isso não me preocupa, de maneira nenhuma, porque é como eu disse anteriormente, eu não estou aqui para agradar segmentos da sociedade. Eu estou aqui para cumprir um mandato que me foi delegado pelo povo do Paraná e é olhando os interesses da população do Estado, como um todo é que eu tenho votado nesta Casa.

Recusei-me a assinar um compromisso. Isso é infantilidade, me perdoem os Senhores Deputados que subscreveram o documento, foram infantis, ninguém pode assinar um documento de apoio a emendas que não se conhece o teor. Isto sim é que eu acho uma infantilidade, que eu acho uma posição não compatível com o desempenho do mandato popular e do mandato legislativo.

Fui também abordado agora por alguns rapazes da imprensa, que tentaram defender a posição do Secretário Roberto Requião na apreciação da proposta orçamentária para 1990. Hoje discute-se muito a emenda Anibal Khury, a emenda que transfere para a Casa Civil do Governo do Estado os recursos destinados à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, de acordo com a proposta orçamentária. Eu votarei pela emenda e votarei baseado naquele apelo que os homens do Partido dos Trabalhadores fizeram às lideranças no Congresso Nacional. Os homens da esquerda festiva brasileira fizeram um apelo às lideranças no Congresso Nacional para que retardassem a apreciação do Orçamento Geral da União ou então que elaborassem duas propostas orçamentárias: uma que vigiria até o final desse famigerado Governo Sarney e outra que vigiria após a posse do novo Presidente. Eu achei uma posição coerente com a situação aflitiva porque passa a economia nacional. E apoiaria, se fosse Deputado, essa proposta dos homens do PT, como também estou apoiando a emenda Anibal Khury, que resguardadas as proporções é a mesma coisa. O que é que pretende o Deputado Anibal Khury falando o português claro com a sua emenda? É evitar que o Secretário Roberto Requião, que é candidato a candidato comprometa todo o Orçamento daquela Secretaria já no primeiro trimestre do exercício fiscal de 1990. Todos nós sabemos que o atual Governador do Estado é candidato a Senador. Pela Constituição ele terá que deixar o Governo até o dia 3 de abril do próximo ano. Com ele todos os Secretários que são também candidatos. Ora, é evidente que o novo Governador assumindo encaminhará a Mensagem a esta Casa solicitando autorização legislativa para uma transposição de verbas. É

o caminho correto, é o caminho certo, é se evitar "o macaco na casa de louças", é se evitar que se gaste o dinheiro adoidadamente, em prejuízo da comunidade paranaense, dos municípios do Paraná. Eu acho a emenda fruto da sabedoria política do Presidente desta Casa. É um homem com larga vivência, com larga experiência nos assuntos legislativos e ela tecnicamente é perfeita. Não se diga, não se venha com argumentação de que a Casa Civil não tem estrutura para o manuseio dessa verba. É evidente que não tem. Que as funções da Casa Civil são, constitucionalmente, bem diferentes das atribuições da Secretaria do Desenvolvimento Urbano. Nós sabemos disto. Mas, trata-se apenas de resguardar o dinheiro sofrido do contribuinte paranaense, a fim de que ele não sirva de pasto a um festival político que eu tenho certeza verificar-se-á no início do exercício de 1990. Votarei com a emenda porque ela tem acima de tudo a faceta de proteger o dinheiro público contra a gula eleitoral, eleicoeira ou eleitoral do Secretário que é candidato a Governador do Estado, Secretário Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças consulto à Liderança do PL.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PT.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PMB.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PFL.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PTB.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PDS.

Com a palavra o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Acredito que a luta mais ingente que se travou em favor da democracia nos últimos anos foi restabelecer a possibilidade do Legislativo alterar a Lei Orçamentária proposta pelo Chefe do Executivo. Assim imagino, Senhores Deputados, porque essa será a votação mais importante da atual Sessão Legislativa após a votação histórica que tivemos quando estabelecemos a nova Constituição do Estado do Paraná. E assim, pensando, Senhor Presidente, dediquei-me ao estudo da proposta orçamentária; conheço as folhas da proposta encaminhada a esta Casa pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Em primeiro lugar Sua Exa. o Governador prioriza dois aspectos: a construção de obras públicas, e obras as mais caras

Curitiba, quarta, em 13.12.89

do País e, em segundo lugar, prioriza as verbas de mordomia dos gabinetes dos Senhores Secretários de Estado, em detrimento da atividade social do Estado do Paraná.

Causa espécie, Senhores Parlamentares, que o Orçamento tenha sido proposto com uma previsão de inflação da ordem de 800%, mas ao mesmo tempo as verbas de representação, isto é, as verbas que os Secretários de Estado usam para as suas viagens, para o pagamento de diárias, para o pagamento de flores, de presentes, essas verbas tenham subido em média de 3.000%, como ocorre, por exemplo, no gabinete do Senhor Secretário da Agricultura, engenheiro Osmar Dias. Equivale dizer, Senhores Parlamentares, que enquanto a Constituição Federal e a Constituição Estadual estabelece um limite para gastos do Governo com pessoal em até 65% do próximo Orçamento ou das receitas do Estado do Paraná, para o ano que vem o Executivo manda esta proposta orçamentária com um reajuste para os servidores em até 57%.

E vejam os Senhores a incongruência da proposta do Executivo Estadual. Enquanto aumentam verbas extraordinariamente para as chamadas mordomias governamentais, reduz as despesas de pessoal. E nós estamos cansados de ouvir aqui nesta Casa, a defesa dos Deputados governistas de que o Estado está gastando quase tudo quanto arrecada com a folha de pessoal.

Esses dados não são verdadeiros, porque os dados reais constam do orçamento estadual.

Para corrigir isto, porque entendo que o Estado deve fazer obras, não deve esquecer o Homem. O Estado que gasta cento e setenta milhões de dólares para construir um quilômetro de estrada asfaltada e que na proposta orçamentária chega a dizer que para restaurar um quilômetro de estrada asfaltada ele vai gastar mais do que cento e setenta milhões de dólares...

Vejam Senhores Parlamentares, a incongruência governamental. Quando é para construir um quilômetro novo de estrada, fazendo a correção do solo, fazendo a base, colocando a camada asfáltica, o custo da obra é de cento e setenta milhões de dólares. Para fazer reparos em algumas obras, o Governo pede, para algumas obras, mais de cento e setenta milhões de dólares, apenas para consertar essa mesma estrada.

Por isto, Senhores Parlamentares, apresentei sessenta emendas, as quais peço destaque neste momento, para que possamos discuti-las cada um de "per si", ao mesmo tempo em que afirmo lamentar o parecer e a decisão da Comissão de Orçamento desta Casa. Tenho por seus membros o maior respeito, mas não posso votar num substitutivo



apresentação, porque ele não defende a Constituição Estadual que juramos defendê-la e mantê-la neste plenário. O artigo 134, parágrafo 3º da Constituição Estadual estabelece que não é lícito ao Deputado, ao Parlamentar, aumentar receitas sem indicar a respectiva fonte de custeio. Entretanto, parte a Comissão do pressuposto de que é preciso alterar em 30% o orçamento, ao mesmo tempo em que dá poderes ao Executivo de, por decreto, gerir estes 30% de recursos adicionais.

Pois bem, qual é a bola de cristal que podemos ter, qualquer um de nós, para imaginar que o cálculo a ser procedido na revisão da proposta orçamentária, seja de 30%? Porque esses números Senhores Parlamentares? Por que não quarenta? Por que não cinquenta? Por que não cem por cento? E se nós tivéssemos esses valores provavelmente todas as necessidades da sociedade paranaense seriam superadas pela atuação do Estado do Poder Executivo.

Não concordo portanto, pelas razões já expostas, com a proposta original do Governo do Estado, e não aceito o substitutivo proposto, porque além dele poder criar nesse Estado uma crise de governabilidade, ele é para adjetivá-lo em apenas uma expressão, ou em duas expressões, absolutamente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário. (DECLINA).

Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (DECLINA).

Consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu horário. (DECLINA).

Consulto à Liderança do PRN, se fará uso do seu horário. (DECLINA).

Consulto à Liderança do PRP, se fará uso do seu horário. (DECLINA).

Consulto à Liderança do PDT, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que tem Secretário de Estado, que ainda não leu a Constituição Estadual, ou quem sabe leu, mas não conseguiu interpretar.

Qual foi a razão pela qual nós Parlamentares, investidos dos poderes constituintes, refletidas as aspirações e reivindicações do povo, principalmente no concernente à moralização pública inserimos na Carta Estadual um dispositivo proibindo a propaganda personalística.

Será que nós, Deputados, somos contra a propaganda? Será que nós Deputados, não queremos que a população tenha acesso às informações de interesse público, ou das

realizações do Governo? Claro que não. O que fizemos foi instituir um mecanismo para impedir que o povo, os cofres públicos continuassem pagando as imorais propagandas de alguns administradores, que insatisfeitos com o espelho, se queiram ver repetidamente também na TV.

Esse tipo de gente, que não consegue viver longe do poder e durante todo o período que ocupam determinado cargo, pensam mais em falar do que fariam e pretendiam fazer, do que realizar propriamente dito.

Só um inocente não consegue imaginar que a propaganda consiste numa técnica de apresentar posições parciais, que refletem apenas o pensamento de uma minoria, como se exprimissem ao invés disso a convicção unânime de uma população inteira. Trata-se no fundo de convencer o ouvinte ou o eleitor, de que em termos de opinião, este está fora do caminho certo, e de o induzir a aderir as teses, que lhe são apresentadas por meio de um mecanismo conhecido da psicologia social: o do conformismo, induzido por pressões do grupo sobre o indivíduo isolado. O que mais nos causa estranheza, Senhores Deputados, é que essa figura é conhecida carta do trabalho. Sem muito risco de exagero poder-se-ia indicar como principal objetivo o Prefeito Roberto Requião a frente do Município de Curitiba, o resgate da cidadania, nas suas mais variadas dimensões: política, social, econômica, etc. Para alcançá-lo, fixou como linhas de ação do seu Governo a eficiência, a transparência, e outras linhas dentro do seu Governo. E quem diz isso é ele mesmo.

S. Exas., por acaso, sabem quem é que está afirmando isso, sobre o ex-Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva? O próprio ex-Prefeito, hoje Secretário de Estado.

Vejam bem, os Senhores Parlamentares devem ter recebido este livreto, aqui. Este livreto foi distribuído, talvez, para o Paraná inteiro. Para jornalistas, para Vereadores, para Prefeitos, enfim, deve ter sido distribuída uma quantidade enorme, Senhores Parlamentares. E o que é que diz este livreto aqui, para quem não recebeu ainda? (Lê): "Estado do Paraná, SEDU, Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, FAMEPAR, Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná". Até aí tudo bem. Só que depois, mais abaixo, fala do ouvidor municipal. Aí eu pergunto: o que é que tem a ver a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente com o ouvidor-municipal? O que é que tem a ver essa Secretaria com o ouvidor-municipal?

O ouvidor-municipal foi criado, aqui em Curitiba, na época em que eu era Vereador na Capital do Estado do Paraná. Eu, o Deputado Neivo Beraldin, Rafael Greca de

Macedo. E nós, ainda como Vereadores, aprovamos o Projeto de Lei criando o ouvidor-municipal. Agora, o que nós não podemos entender, e é por isso que tem razão de ser a emenda do Deputado Anibal Khury, porque não podemos largar a rédea para o Senhor Roberto Requião de Mello e Silva. Nós sabemos o quanto ele gosta de aparecer na imprensa, o quanto ele gosta de gastar dos cofres públicos, para mostrar aquilo que não fez. Mas, de tanto mentir, a mentira acaba virando até verdade. E isso foi uma constante no seu período como Prefeito da Capital do Estado.

Por isso é que vamos votar com a emenda do Deputado Anibal Khury. Porque a ouvidoria municipal foi criada pela Câmara Municipal de Curitiba, na época em que ele, Roberto Requião de Mello e Silva era Prefeito. Só que quando estava na Prefeitura, ele preparou este material, aqui. Está aqui dito: "trabalho elaborado por ..." diz nome da pessoa, "Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1987". Só que deixou para publicar agora. E por quê? Porque agora está numa Secretaria de Estado, tem verba para isso; para isso, não! Tem verba para administrar aquela Secretaria, para ajudar os municípios e não para as suas propagandas personalistas. Então, é por isso, Senhores Deputados, que nós temos que tomar muito cuidado porque são muitos os Secretários que já estão fazendo suas campanhas para o Governo do Estado, fazendo suas campanhas para Deputados estaduais e federais.

Se aprovarmos a emenda do Deputado Anibal Khury, que eu acho que até deveria ser estendida a todos os Secretários fazendo livretos e espalhando por este Paraná afora, fazendo a sua campanha. E este livreto, aqui, não fala apenas da figura do ouvidor-municipal. Fala aqui as proezas do Senhor Roberto Requião de Mello e Silva à frente da Prefeitura. Diz, aqui, tudo aquilo que ele já disse e que na verdade não fez. Porque a Cidade, quando eu e o Prefeito Jaime Lerner a apanhamos, encontramos num verdadeiro caos. Muita propaganda e poucas realizações.

Por isso, Senhor Presidente, estou encaminhando à Mesa desta Casa, no dia de hoje, um pedido de informação, pedindo à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para que me responda 12 itens da elaboração deste livreto: qual é o objetivo, quanto se gastou. Porque até no cartão de apresentação deste livreto do ouvidor-municipal feito pela Secretaria de Estado, até o cartão é da própria Secretaria. Então, com dinheiro do Estado o Sr. Roberto Requião de Mello e Silva faz propaganda da época que era Prefeito em Curitiba e da figura do ouvidor-municipal, que não é mais novidade para ninguém. Em todos

Curitiba, quarta, em 13.12.89

estados e em pequenos municípios até, existe a figura do ouvidor-municipal. Em São Paulo, a "Folha de São Paulo" tem o seu ouvidor para aceitar as queixas dos leitores do jornal. Então, não é novidade nenhuma.

No entanto, o Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, para satisfazer a sua vontade "alouquiçada" de aparecer, gasta verbas do Estado para fazer um livreto falando do ouvidor-municipal. Por isso, que nós votaremos Senhor Presidente, a bancada do PDT vai votar fechada, favorável à sua emenda porque não se admite usar dinheiro do Estado para se fazer propaganda pessoalista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PSDB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Havendo declinado, está encerrada a Hora das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença para assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba, no período de 18 de dezembro do corrente a 02 de janeiro de 1990, em decorrência do afastamento em licença no período correspondente, do Senhor Prefeito Municipal.- Aprovado.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 257/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.- Aprovado.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Eu solicitaria ao Presidente preferência de votação ao Projeto n° 373/89. Estou encaminhando à Mesa requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita que encaminhe por escrito. Em votação a preferência de votação Projeto n° 257/89. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 257/89, de autoria do PODER EXECUTIVO

(Mensagem n° 68/89) que encaminha a Proposta de Orçamento - Programa Anual 1990.

Em discussão o projeto. Em votação o substitutivo geral. Aprovado.

O SR. PAULINO DELAZERI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero que registre meu voto contrário ao substitutivo geral em função da emenda de autoria de V.Exa. à qual tentarei encaminhar um requerimento para votação em separado na sessão de amanhã, em terceira discussão.

A SRA. IRONDI PUGLIESI (Pela Ordem) - Também quero registrar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem, está tudo registrado só que amanhã não tem mais emendas. Está aprovado o orçamento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 383/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 383/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 105/89) que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 172.406.775,00 (Cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e setenta e cinco cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 383/89

P A R E C E R:

Ouando da Mensagem Governamental n° 105/89, o Plano de Lei em tela tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de NCz\$ 172.406.775,00 ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, destinada a cobrir despesas com investimentos em Regime de Execução Especial.

De acordo com a justificativa governamental que acompanha a presente proposta, temos que a medida será utilizada no Programa de Assistência Médica Sanitária.

Neste sentido esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, de conformidade com o artigo 48 do Regimento Interno, vem a se pronunciar FAVORAVELMENTE por esta medida, por entender que inexistem óbices nos planos legal e

constitucional que venham a prejudicar o trâmite normal da mesma por esta Colenda Casa.

Assim sendo, somos de parecer favorável e por tudo que foi exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 383/89.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 12.12.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
Sabino Campos - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 379/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 104/89), que objetiva dar nova organização e denominação aos cargos integrantes da carreira de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 348/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a realizar Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas do Quadro Próprio de Pessoal do Magistério. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 348/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão, bem como o cancelamento do regime de urgência.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 348/89.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 364/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que altera o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 56/89, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de 4° Centenário. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 372/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 111/89), que dispõe

sobre os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, excluídos os de carreira de Delegado de Polícia, como especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado. Por unanimidade artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 374/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 113/89) que dispõe sobre as modificações na carreira de Delegado de Polícia, em face de normas contidas no art. 241, da Constituição Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 351/89, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que define critérios de acordo com o disposto no art. 205 da Constituição Estadual, autoriza o Poder Executivo a instituir o "Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia-CONCITEC", altera a Lei n° 8.387, de 15 de outubro de 1986, e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para esclarecimento sobre o Projeto de Lei n° 351/89, que V.Exa. anunciou, qual a situação deste projeto, ele foi retirado pelo autor ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há requerimento de retirada, nem há emenda sobre o projeto.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu deixei na Mesa uma emenda substitutiva a esse projeto, e o Deputado Luciano Pizzatto nos comunicou que retiraria o projeto, motivo pelo qual não incluímos a emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O substitutivo está sobre a Mesa? A Mesa vai retirar o projeto da Ordem do Dia a fim de que os interessados se entendam.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 373/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 112/89), que objetiva fixar em NCz\$ 3.603,63 (três mil, seiscentos e três cruzados novos e sessenta e três centavos), o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento

Curitiba, quarta, em 13.12.89

de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei n° 373/89, e emendas. - Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Bancada do PMDB está se manifestando contra o requerimento. Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Raul Lopes, queiram levantar-se. 17 Senhores Deputados o aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam o requerimento do Deputado Raul Lopes, queiram levantar-se. 13 Senhores Deputados rejeitam o requerimento.

(Vaias).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se as galerias continuarem a se manifestar a Mesa vai suspender a sessão. 17 Senhores Deputados aprovam, 13 Senhores Deputados rejeitam o requerimento. Está APROVADO. (Aplausos).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência se manifestou dando como aprovado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente, apenas por uma questão de ordem eu gostaria de esclarecer a esta Casa de Leis, que o que nós estávamos votando era apenas o requerimento e não o Projeto, que o Projeto não está aprovado, e que, Senhor Presidente, Senhores Deputados e companheiros que nos dão a honra de sua presença nesta oportunidade, o projeto para ser aprovado precisa de 28 votos, e que só teremos 28 votos se a Bancada do PMDB permanecer em plenário, porque a oposição não tem 28 votos para aprovar o projeto.

E nós estamos aqui, Senhor Presidente, cumprindo a nossa obrigação, defendendo os interesses do povo do Paraná e que não é, Senhor Presidente, uma vaia que vai fazer com que nós votemos deste ou daquele lado. É a consciência de cada um dos Senhores Deputados, a responsabilidade de cada um.

Cada um deve votar de acordo com a sua consciência, favoravelmente ou contra o projeto. Mas, que neste momento, se a nossa bancada se retirar do Plenário, evidentemente que não teremos 28 votos para aprovarmos a matéria.

Não discutimos o mérito do projeto. Não discutimos ainda o mérito da mensagem do Deputado Raul Lopes, ou melhor, da

emenda do Deputado. E por isso eu acho, Senhor Presidente, que os companheiros de bancada não merecem esta vaia. Nós não vamos lá no quartel da Polícia vaiarmos os senhores policiais por uma atitude ou por outra que eles venham a tomar.

Eles estão aqui defendendo o seu interesse. É justo que aqui compareçam defendendo o seu interesse. Mas é justo que cada Deputado tenha condições também de votar de acordo com a sua consciência.

Se tanto falamos e pregamos democracia, a democracia deve ser aplicada para todos os lados e em todos os níveis. Ninguém pode obrigar a nossa bancada a votar contra a sua consciência, vaiando ou aplaudindo. Isto aqui não é circo para vaiarmos ou aplaudirmos. Isto aqui é um Parlamento, um Parlamento sério.

Por isso Senhor Presidente, eu não posso aceitar estas vaias, e vou consultar meus companheiros de bancada se pretendem continuar em plenário ou não.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos discutindo o item 9, em segunda discussão, Projeto de Lei nº 373/89. Parece-me que o Líder do PMDB, Deputado Artagão está equivocado. O quorum para deliberação é 28, mas o resultado é por maioria simples, já que não é lei complementar. E eu gostaria que a Mesa esclarecesse isso ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente esclarecido por Vossa Excelência. Não se trata de matéria de lei complementar, basta o quorum simples.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O nobre Deputado Raul Lopes apresenta um requerimento solicitando votação nominal. Os Senhores Deputados que votaram contrariamente ao requerimento foram impiedosamente vaiados pela Polícia Militar do Estado que aqui encontra-se assistindo à sessão, enquanto centenas de bandidos estão nas ruas nesta hora, nós estamos sendo vaiados pelos homens que são pagos pela sociedade para dar proteção à socie-

dade.

Senhor Presidente, há poucos meses policiais militares assaltaram um ônibus de turismo, estupraram passageiras, nem por isso nós vamos culpar a gloriosa corporação da Polícia Militar por esse fato.

Há poucos meses, um policial militar despreparado para a função, matou covardemente um jovem dando-lhe um tiro de escopeta na cara, nem por isso nós vamos deslustrar o nome honrado da Polícia Militar do Estado, composta na sua maioria de grandes paranaenses, de homens que têm uma missão sagrada, que é de dar segurança e tranquilidade para que o Paraná continue produzindo.

Agora, nós não podemos aceitar coação de parcela da Polícia Militar do Estado. Nós estamos aqui cumprindo um mandato. Estamos representando a sociedade que paga o soldo, para os vencimentos da Polícia Militar e para os vencimentos dos Deputados.

Senhor Presidente, não pode mais perdurar uma situação como essa. A Casa tem que ter tranquilidade para decidir o seu voto. Não podemos mais continuar votando sob coação.

Se prevalecesse o ponto de vista dos policiais militares, nós iríamos no quartel da Polícia Militar vaiar cada vez que há uma violência, uma agressão contra cidadãos indefesos.

Domingo ainda um jockey do "Jockey Clube do Paraná" foi covardemente assassinado por um policial. Os Deputados não foram no quartel da Polícia Militar vaiar a corporação.

Democracia não é isso Senhor Presidente, democracia é bom senso, democracia é saber conviver com aqueles que pensam contrariamente ao que nós pensamos.

Senhor Presidente, nós confiamos na autoridade de Vossa Excelência. Se permanecer esta situação, Vossa Excelência não pode dar continuidade aos trabalhos da Casa.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, em primeiro lugar é importante esclarecer que os funcionários públicos, os policiais militares que aqui se encontram são homens de carne e osso, sentem emoções, sentem problemas salariais, mobilizando-se hoje por aquilo que entendem de direito. Se neste momento o que resta ao cidadão é expressar-se, por mais que o Regimento Interno não o permita, nós temos que respeitar e até pedir que as manifestações não ocorram. Porém, isto não deve ser razão para que a Bancada do PMDB se retire do plenário e não possibilite a votação atendendo ao funcionário. Não há dúvida nenhuma de que se reparos podem ser feitos, como o Deputado Erondy Silvério fez, nós temos que entender que

isto não deve ser motivo para que a bancada se retire e não se vote o Projeto, precisa ser votado, precisa ser resolvido, precisa ser dado um tratamento condigno aos cidadãos que lutam por melhor segurança no Estado do Paraná e que por esta razão têm que estar psicologicamente preparados para enfrentar a realidade das ruas; e um homem que enfrenta a violência na rua, que enfrenta uma situação de desespero na rua, desespero em casa, quem sabe, não terá, naquele momento de lidar com a população, calma, tranqüilidade, paciência para resolver os problemas. Porque um homem asfiziado pelos problemas salariais, é um homem que de certa forma está desequilibrado no seu próprio íntimo e com isto não terá tranqüilidade para garantir a segurança.

Nós, Deputados, temos que sofrer críticas também, claro que respeitando o Regimento Interno, nós temos que nos submeter à vontade democrática, mesmo que não sejam as vaías aqui, mas que sejam nas ruas ou por onde nós andarmos; porque quando nós nos candidatamos, nós nos submetemos a todos esses problemas e sabemos disso, não estamos aqui de graça e por isso temos que cumprir a nossa obrigação. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu sinto a atitude que foi tomada, creio eu que até involuntariamente por parte dos senhores militares que se encontram presente nesta tarde em nossa Casa, pois a Bancada do PMDB sempre se mostrou favorável aos seus reclamos e não é desta vez que nós iríamos cercear os senhores policiais militares desse Projeto de Lei, o qual os beneficia. Em nome dos Deputados do PMDB, eu sinto a atitude que os senhores tomaram, mas relevo em conta também o estado emotivo que os Senhores estão, são as vaías que vão fazer com que a nossa opinião mude, vão fazer com que os Deputados do PMDB rejeitem esse Projeto de Lei. Nós queremos apenas ser repetidos, para podermos respeitá-los. Portanto, eu ignoro essas vaías e levou-as como aplausos a toda bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o 1º Vice-Presidente desta Casa.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Só gostaria de esclarecer aos nobres Parlamentares que nós do PMDB, não estávamos ainda em processo de votação. Isso não quer dizer que o Deputado que vos fala poderia votar inclusive favoravelmente à emenda do Deputado Raul Lopes. Então o que nós não podemos deixar na tarde de hoje é que os Senhores policiais militares a quem prezo

Curitiba, quarta, em 13.12.89

muito levem para suas casas achando que o pessoal do PMDB é insensível. Isto não aconteceu em nenhum momento, não estávamos em fase de votação, nós apenas estávamos votando contra o pedido do Deputado Raul Lopes em fazer a votação nominal, não quer dizer com isso que o Deputado do PMDB não pudesse levantar e dizer de que forma votaria. É isto que tem que ficar esclarecido na tarde de hoje, o PMDB não é insensível, os Deputados do PMDB não estão com dois jogos aqui, nós votaríamos de acordo com a nossa consciência. Temos que aguardar a votação para saber qual é a consciência de cada um.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lindolfo Júnior com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, é bom esclarecer exatamente o seguinte: nós temos aqui dezessete votos, o quórum mínimo para votarmos esse Projeto é de vinte e oito votos, precisamos da maioria simples dos vinte e oito. E nós não temos, precisamos de mais onze Deputados do PMDB para aprovarmos o Projeto e a proposta até do Deputado Raul Lopes. Eu tenho sentido diariamente aqui a insatisfação e a tristeza do Deputado Raul Lopes que sai da corporação e tenta trabalhar pela classe dos policiais militares e infelizmente recebe esse tipo de manifestação. Senhor Presidente eu respeito a atitude dos Deputados, respeito a posição da maioria, mas muitas vezes posso não concordar, por isso eu peço à bancada do PMDB que fique, que vote conosco, que votem com a Bancada, peço também ao Deputado Erondy Silvério do PTN que já diz aqui do meu lado que vai ficar, que vote a favor dessa gente, entre os economistas do Governo e essas economistas que aqui estão e que trazem uma faixa dizendo: "as esposas dos Pm agradecem aos Senhores Deputados" Não existe ostilização a ninguém, elas estão agradecendo, elas são as verdadeiras economistas do Paraná porque sabem que seus maridos e seus familiares estão sofrendo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Acir Mezzadri.

O SR. ACIR MEZZADRI - Senhor Presidente, eu gostaria neste momento, de desfazer um mal-entendido, no momento em que vejo Deputados da Oposição tentando de uma forma até maldosa responsabilizar a bancada do PMDB que concedeu isonomia à Polícia Civil e à Polícia Militar neste Plenário. Senhor Presidente, não é possível a gente



admitir aqui que as galerias sejam conduzidas para que tomem uma posição política valendo ou enaltecendo as pessoas que muitas vezes fazem pronunciamentos inconseqüentes. Eu apoiei e votei desde o primeiro momento na Assembléia Estadual Constituinte em favor da segurança pública do Estado do Paraná. Portanto, Senhor Presidente, hoje em face do mal-entendido que está acontecendo nesta Casa de que as pessoas não estão sabendo colocar uma questão importante da invergedura que ela merece. Nós entendemos que pelo clima que se estabeleceu neste recinto, esta sessão seja transferida para amanhã para que talvez num entendimento se resgate a dignidade da Polícia Militar, a dignidade da segurança do Estado para que não se vote emocionalmente prejudicando, jogando à lama...

O SR. RAUL LOPES - Para encaminhar Senhor Presidente, estou na vez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede um pouco de calma, a sessão está tumultuada.

Deputado Raul Lopes com a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, prezados companheiros.

Ouvi atentamente os pronunciamentos dos companheiros do PMDB e como não poderia deixar de ser, alguns companheiros de vários partidos da Oposição.

Naturalmente que o que os companheiros assistiram foi fruto de um processo angustiante que vive a nossa querida polícia do Paraná, a Polícia Militar. E como tal, não foi possível conter os ânimos, razão pela qual, como representante desta Corporação da qual me orgulho, eu peço em nome dos companheiros, a complacência, e aqui me penitencio, pela maneira aflitante com que se houveram. Eu tenho certeza que não havia interesse por parte dos companheiros, em votarem contra, razão pela qual ocupo esta tribuna para pedir ao Presidente, para que coloque em regime de votação a emenda, assim como solicito aos prezados companheiros do PMDB, que nós precisamos dos votos deles.

Ontem ainda, em torno de 38 Deputados nesta Casa, cerca de 33 assinaram dando o aval e dando beneplácido para a respectiva emenda, razão por que eu convidaria os companheiros para que permanecessem, que nós vamos precisar dos votos deles, assim como os companheiros da nossa posição.

Era isto, companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, Deputado Algaci

Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade estabeleceu-se um clima de intranquilidade no plenário da Casa. Mas, não será por isto, tenho certeza absoluta, que os companheiros Parlamentares, que todas as bancadas deixarão de estar presentes a esta sessão, a fim de darmos continuidade à votação do Projeto, de uma emenda que é de suma importância, Senhores Deputados.

Nós somos os primeiros sempre a clamar por segurança.

Nós somos os primeiros a denunciar o mau policial. Nós estamos sempre cobrando o melhor atendimento em cada Município deste Estado, e nós queremos cada vez mais, um policial mais capacitado. Nós queremos cada vez mais, uma polícia mais atuante na segurança do povo do Paraná. Porém, nesta hora em que mais nós precisamos dar a nossa contribuição e esta mesma polícia, que nós exigimos competência, parece-me que não estamos correspondendo a esta expectativa.

Eu tenho em mãos aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma carta, que evidentemente não é assinada por nenhuma Associação da Polícia Militar, mas que nos deixa muito preocupados, e é por isto que eu faço um apelo neste momento, para que esqueçamos o problema de bancada do PMDB, de Bancada do PFL, de Bancada de qualquer partido, aqui, porque polícia não tem bancada, e polícia não tem Deputado que a represente sozinho. A polícia é representada por todos os Senhores Parlamentares que estão aqui nesta Casa.

E esta carta me preocupa, porque há uma ameaça de paralisação no próximo dia 22, se nós não solucionarmos a partir deste momento, o problema da Polícia Militar.

É nesse sentido que eu venho à tribuna sem criticar partido "a" ou "b", sem criticar esta ou aquela atitude deste ou daquele Parlamentar. O momento é de conciliação, o momento é de reflexão, e o momento é acima de tudo, de responsabilidade.

Nós entendemos perfeitamente que os cofres do governo estão realmente vazios, como estão vazios os cofres da Prefeitura, enfim de quase todos os governos. Mas, eu acho que, uma apertadinha aqui, e uma diminuição ali, a gente pode solucionar o problema, porque segurança é fundamental para todos nós. Segurança é fundamental para toda uma sociedade, e nós não podemos ter mais estas Senhoras de Sargentos, de Cabos, de Soldados, fazendo fila no quartel, sendo vítimas de agiotas que cobram 100% de juros, para fazer um vale, para um Soldado, para que a sua mulher possa ir ao

mercado, para que possa ir à farmácia.

A situação do policial militar é crítica, e nós somos conhecedores dessa situação; está aí o Deputado Alborghetti, está aí o Deputado Raul Lopes, Deputado Erondy Silvério, que convivem com esses problemas aqui na cidade de Curitiba.

Então, é preciso Senhores Deputados, que esqueçamos neste momento o problema partidário, esqueçamos a posição de vaia, ou de sem vaia, porque vaia, os maiores artistas, os maiores homens da História, também as receberam e nem por isso modificaram a sua intenção de voto.

Nós temos certeza absoluta de que os companheiros do PMDB e dos demais partidos aqui permanecerão, para que nós possamos votar essa emenda e possamos dar uma resposta à sociedade, que tanto pede a nós, Parlamentares, que gritemos ao Governador do Estado, mais recursos para segurança e nesta hora nós não podemos falhar.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

É evidente que eu votarei favoravelmente à Mensagem. Não pertencço ao PMDB, apoio o Governo Álvaro Dias e permanecerei na Casa para possibilitar o quorum necessário para aprovação da Mensagem.

E por que é que assim o faço, Senhor Presidente?

Porque eu conheço a gloriosa trajetória da Polícia Militar do Estado. Eu convivi com grandes nomes, com grandes nomes dentro daquela corporação. Ainda há dez dias levamos à última morada, um dos homens mais leais, mais honestos, mais destemidos, mais valentes que eu conheci na Polícia Militar do Estado, o Coronel Manoel Paredes, meu grande amigo.

Nós vimos pelas redes de televisão há poucos dias um levante na Penitenciária Central do Estado. Os mais perigosos facínoras, prestes a ganhar liberdade, foram os homens da Polícia Militar que arriscaram suas vidas para defender a sociedade.

Nós vemos nas grandes catástrofes o glorioso Corpo de Bombeiros à frente de todos os perigos, defendendo a sociedade paranaense e se nós fôssemos aqui enumerar a brilhante folha de serviço que essa corporação já prestou ao povo do Paraná, nós consumiríamos todo o nosso tempo.

Entretanto, Senhor Presidente, eu votarei contra a emenda Raul Lopes, porque ela inviabiliza o projeto. Não é função do Poder Legislativo dizer o "quantum" que deve receber o funcionário público dos

três Poderes.

No Poder Legislativo é a Mesa da Assembléia. No Poder Judiciário é o Presidente do Tribunal de Justiça e no Poder Executivo é o Governador do Estado.

É ele quem diz o que pode pagar. Esta Mensagem foi fruto de árduas negociações. De um lado os representantes da Polícia Militar do Estado, lutando por melhores salários, que nós sabemos defasados, que nós sabemos irrisórios pelos brilhantes serviços que presta essa corporação.

O policial teria que ganhar muito mais, mas não cabe ao Deputado dizer paga tanto para o major, paga tanto para o soldado, paga tanto para o sargento. Cabe ao Poder Executivo. Eu não diria irresponsabilidade, eu não diria demagogia na emenda do nobre Deputado Raul Lopes, porque é um homem sensível, ele é oriundo da corporação, ele conhece o drama de cada miliciano, ele sabe exatamente, como se diz vulgarmente, "onde apertam os calos do policial militar deste Estado".

A sua emenda foi uma emenda que partiu mais do coração do que da razão, porque se ele se detivesse nos números do orçamento do Estado, que nós acabamos de aprovar em segunda discussão, ele diria da impossibilidade desta Casa votar a sua emenda.

A sua emenda, se aprovada, não o será com o meu voto, mas se aprovada ela fatalmente será vetada pelo Governador do Estado e daí, nós enchemos de esperança os corações de milhares de policiais. Saem daqui hoje com o coração aberto, alegres e felizes, entretanto amanhã vão sentir que foi tudo ilusão, porque o veto fatalmente virá sobre esta emenda e eu não sou mercador de ilusões, eu sou Deputado. Deputado com os pés no chão, por isso eu quero fazer a minha declaração de voto.

Parabenizo-me com o Deputado Raul Lopes, grande coração, grande sensibilidade humana, mas lamentavelmente não leva o meu voto à sua emenda. Não leva. Permanecerei aqui, retire-se ou não a Bancada governista. Eu apoio o Governo do Estado, mas permanecerei aqui e votarei favoravelmente à Mensagem e permanecerei para possibilitar o quorum.

Era esta a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela ordem) -

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de esclarecer a este Plenário que o que estamos votando hoje na verdade não é um aumento à Polícia Militar do Estado do Paraná. A Mensagem do aumento será enviada a esta Casa no início de janeiro e existe um estudo na Secretaria da Administração, das Finanças, de que esse aumento não deve ser menor do que 150%. Então, não estamos votando o aumento da Polícia Militar. O que

estamos votando é a adequação aos ditames da nova Carta Estadual. Estamos dando a isonomia tão discutida, tão propalada quando fizemos a nova Carta do Estado do Paraná. Para que não paire dúvidas, Sr. Presidente, não está se votando nesta oportunidade aumento de salário aos policiais militares. É evidente que não, nem poderia ser 16,17% de aumento. O aumento deve ser enviado, a percentagem, em janeiro, em Mensagem exclusiva e especial que o Sr. Governador do Estado enviará a esta Assembléia Legislativa. Apenas, Sr. Presidente, para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Luiz Carlos Alborghetti com a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para encaminhar) - Eu gostaria, na Constituição eu consegui que as minhas emendas fossem aprovadas nesta Casa no diálogo, no respeito, sempre trocando idéias com o Deputado Artagão, sempre trocando idéias com o Deputado José Afonso, o Deputado Algaci Túlio, com o Deputado Nereu, e então eu gostaria de fazer um apelo nesta tarde, sem vaias, sem aplausos, um apelo de coração à bancada do PMDB. Eu já apanhei nessa bancada, muitas vezes, por votar, às vezes até mesmo contra os meus ideais e a minha concepção, várias matérias e até hoje continuo com os mesmos ideais, só que existe um detalhe, Srs. ilustres amigos do PMDB, a polícia do Paraná está passando fome. A polícia do Paraná, seja ela Polícia Civil ou Militar, ela está carente de equipamentos, de armamento, de viaturas, de presídios, de delegacias e ela está carente de policiais. O que temos estão suando a farda. Algumas exceções é claro que acontece no Paraná, alguns policiais que não honram a farda que vestem, que querem enlamear a gloriosa farda da Polícia Militar, algumas exceções, como disse o Deputado Erondy Silvério nesta tarde, neste Parlamento, mas nós temos a maioria, 99,9%, a maioria dos policiais que vestem essa farda quando saem às ruas, quando saem nos municípios em que prestam serviços, prestam trabalho, ele sai na certeza de que talvez não possa retornar ao lar. A esposa, os filhos de manhã vêem o policial, seja aqui, em São Paulo, no Rio, em Minas, em qualquer Estado desta Nação, mas não sabem se ele vai retornar em função da onda de violência por que atravessa a Nação brasileira.

E digo mais: volta também sem dinheiro, seja o policial civil, ou militar, volta também sem o dinheiro, e muitos... eu sou "carrapicho" de polícia, e me orgulho de ser. Comecei no rádio como técnico de som numa emissora de rádio, depois fui para o microfone, vivi, conheci os porões

de uma delegacia de polícia, convivi, até hoje convivo e tenho cheiro de "carrapicho" de polícia. Sou repórter policial com muito orgulho, como é o Deputado Algaci Túlio nesta Casa, e não é pela sua audiência na Rádio Clube Paranaense, e não é pela minha audiência na televisão deste Estado é que possamos chegar aqui e dizer que somos os melhores para fazer esta análise. Não. Muito pelo contrário. O Deputado Raul Lopes também já sofreu nas suas entranhas os problemas que afligem a realidade de ambas as polícias. E eu, como o Algaci, como tantos outros repórteres e "carrapichos" de polícia que vivem na área, nós sabemos, eu sei, o Algaci sabe, o que é o plantão de uma delegacia de polícia, nós sabemos o que é o porão de uma delegacia, nós sabemos o que é uma cadeia e nós sabemos como passa o policial no plantão. Quantas vezes eu dormi num banco no plantão de uma delegacia de polícia aguardando com o meu gravador uma reportagem para que eu pudesse ir à Rádio Londrina abrir o meu programa policial...

Então, nós sentimos na carne. E não porque sentimos que nós sejamos melhores que os outros. Muitos aqui falaram, muitos companheiros, outros vieram a esta tribuna.

Então, o que eu poderia pedir aqui nesta tarde? o Deputado Lindolfo Júnior falou agora há pouco sobre as mulheres dos soldados que são verdadeiras economistas da Nação. Na realidade é a verdade. Também não são só elas; as mulheres dos favelados, as mulheres dos operários, as mulheres brasileiras são as verdadeiras economistas deste País, ganhe quem ganhar: ou Lula ou Collor. O que precisa este País é de políticos que tenham vergonha na cara, que não fujam das suas responsabilidades.

E como "carrapicho" de polícia, como Deputado, a emenda não é minha: é do Deputado Raul, mas sem o meu voto ele não ganha, sem o voto do PMDB também não ganha, sem o voto do PDT do Deputado Algaci Túlio também não ganha, sem o voto do meu querido Nelson Vasconcellos também não ganha, sem o voto do PTB, sem o voto do PL, sem o voto de todos os partidos desta Casa, não ganha.

Eu pediria, em nome de Deus, ao Deputado Artagão, que eu já tive a satisfação de adentrar à cozinha da sua casa, de saber da sua integridade - e o Senhor sabe disso -, da sua decência e da sua moral, houve nesta tarde, Deputado, um ânimo que talvez os nossos companheiros não soubessem que estava sendo votado, mas eu pediria, não em meu nome, não em nome do repórter, do Parlamentar, em nome de todos os que estão aqui sentados. Mas pediria em nome do soldado que está lá, na divisa com a barranca do Rio Paraná. Pediria em nome

de todas as esposas de policiais. Pediria a esta bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, partido de um estadista Ulysses Guimarães. Pediria ao partido do Governador Álvaro Dias. Pediria ao partido do Deputado José Afonso. Ao Deputado Neivo Beraldin, o pouco que o conheço o respeito. Partido do Deputado Pirajá Ferreira e tantos outros companheiros. Como o Deputado Acir Mezzadri, que sempre está comigo, participando de encontros da Polícia Civil, dialogando e trocando idéias. Vamos votar. O Deputado Erondy, o respeito que tenho por este Parlamentar idôneo. Por todos vocês. E a Deputada Irondy Pugliesi, que teve uma emenda de real importância aprovada na Constituição Estadual. Ao seu lado e ao lado do Deputado Haroldo Ferreira, peço não só pelo soldado, não só pela sua esposa, vamos votar pela farda. Vamos votar pela farda! Vamos dar o número. Deputado José Afonso Júnior, o senhor já foi Prefeito, o senhor sabe, o senhor conhece a Delegacia de Polícia de sua cidade. O senhor sabe dos encontros e dos desencontros em que vive um soldado, ganhando um salário de miséria, imundo, violento! É um salário assassino!

99,9% não tem dinheiro para comprar um presente de Natal! Deputado José Afonso, em nome de um Deus, em nome da família, em nome de todo esse Parlamento, todos honrados, vamos votar!

Não é porque a emenda é do Deputado Raul Lopes. Vamos votar por este Parlamento. Vamos votar com carinho, com amor. Se o Deputado Raul fez a emenda, temos que respeitá-lo, porque uma parte do seu corpo já passou por este momento, ele já sentiu, ele já conviveu, ele já teve os seus dramas e as suas comédias e por isto que aqui está, também gritando pelos direitos da Polícia Militar. Votem conosco!

Vamos votar pela Polícia Militar!

Vamos votar pela Polícia Civil!

Vamos votar pela família paranaense!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal para votação.

Antes porém, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Apesar de se tratar de matéria estranha, face à gravidade do assunto que trago ao conhecimento da Mesa e do interesse que o Paraná tem, peço vênha a V. Exa. e aos nobres Srs. Deputados para transmitir, a V. Exas., a informação de que o Banco Central do Brasil está disposto a levantar amanhã a liquidação do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul.

Depende entretanto, Sr. Presidente,

Curitiba, quarta, em 13.12.89

que os três governadores sulinos assinem a renegociação da dívida dos três Estados do banco, transferindo assim, para o Governo Federal, o critério do BNDS, que é o principal credor do passivo, ou a renegociação dos financiamentos e levantamento da Liquidação.

O passo seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será o Governo Federal desapropriar o patrimônio líquido BRDE e mantendo-o como autarquia Federal, à semelhança do que fez com o Banco Meridional.

A dificuldade existente neste momento, neste dia, já que a decisão será tomada amanhã em Brasília, esta posição do Estado do Paraná.

O Governador Álvaro Dias, provavelmente até com justa razão está incluindo na renegociação do BRDE, outros créditos em liquidação junto ao Badep. Segundo informações do emitente Deputado Federal Victor Faccioni, da Bancada do Rio Grande do Sul, que apresentou inclusive Projeto, que está em vias de ser aprovado no Congresso Nacional, com acordo de todos os Partidos. O Banco Central está disposto a analisar eventuais dívidas, inclusive que o Badep possua em casos que a opinião pública tem conhecimento.

No atropelo entretanto, de última hora Sr. Presidente, num dia, é praticamente impossível o Banco Central resolver essas questões pendentes também no Badep e outros financiamentos estaduais.

Assim sendo, já que os outros dois governadores já concordam com a proposta do Banco Central, que é uma boa vontade generalizada, na área política e na área técnica. E, sobretudo, a vista de que, segundo levantamentos feitos, pelos eminentes Deputados Algaci Túlio, José Rogério, Nereu Massignam, Ezequias Losso, Deputado Werner Wanderer, Deputado David Cheriegatte, Deputado Pessuti, enfim de todas as Bancadas desta Casa, já que é uma consciência de que nós tivermos um Banco Federal, isto importará investimentos da ordem de um bilhão de dólares para a região extremo sul, é que ousa interromper esse processo, de votação para fazer um apelo a Vossa Excelência, como Presidente do Poder Legislativo, para fazer um apelo à Bancada Governista e à Bancada dos outros partidos, para que mantenham um contrato com S. Exa. o Senhor Álvaro Dias, e para que a posição do Paraná, não signifique a possibilidade do Estado perder um bilhão de dólares em investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai solicitar ao serviço de taquigrafia, que encaminhe as notas taquigráficas do pronunciamento de Vossa Excelência e vai encaminhar através da Liderança do Governo, neste instante as suas palavras di-

tas aqui em plenário.

Vai-se proceder à votação nominal do Projeto, ressalvadas as emendas. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, dirão Sim, e a mesa repete, ressalvadas as emendas.

Vai-se iniciar o processo de votação com a chamada e anotação do 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados, para efeitos de votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede vênica ao Deputado, para votar um requerimento do Deputado Algaci Túlio, que requer licença para assumir a Prefeitura de Curitiba no período da 18 de dezembro a 2 de janeiro. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. APROVADO. Segue-se a votação.

(É FEITA A CONTINUAÇÃO DA CHAMADA NOMINAL)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal 24 Senhores Deputados. Com a Presidência, 25. Não há quórum para a votação, mas há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, o meu requerimento já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Requerimento de V. Exa. já foi aprovado, por unanimidade.

A Mesa alerta e comunica ao Plenário que o Projeto de Lei nº 257/89, Orçamento Geral do Estado, atendendo ao disposto do artigo 10, da Resolução nº 17/77, aprovado nesta data em 2ª discussão, será encaminhado à Comissão de Orçamento, para fins de elaboração da redação final, que será votada na sessão de sexta-feira, dia 15 de dezembro de 1989.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/89.
- 3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar nºs 372/89, 374/89.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 383/89, 90/88.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 381/89, 382/89

e dos projetos de Resolução nºs 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94 e 95/89, e comunico que o Projeto de Lei nº 257/89 (Orçamento Geral do Estado), aprovado na presente sessão em 2ª discussão, seria encaminhado, atendendo ao Disposto pelo artigo 10 da Resolução nº 17/87, à Comissão de Orçamento, para fins da elaboração da Redação Final, que será votada na sessão de sexta-feira, dia 15.12.89.

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

- 11ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa  
Ata da 5ª Reunião Ordinária

Aos treze dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Agricultura sob a Presidência do Deputado Sabino Campos. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, com a seguinte ordem do dia.

- Discussão e votação do Projeto de Lei nº 259/88 de autoria do Deputado Raul Lopes.
- Relator: Deputado Antônio Costenaro.
- Parecer: Favorável à aprovação.

Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado o Parecer por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer Secretário da Comissão.

(aa) SABINO CAMPOS - Presidente  
RUBENS BREMER - Secretário

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ  
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1990  
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS (ANEXO I)

(EM NCZ\$ 1.00)

RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTE	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	43.198.000	DESPESAS DE CUSTEIO	1.410.000
RECEITA PATRIMONIAL	98.501.000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.600.000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000		34.010.000
TOTAL	141.700.000		
		SUPERAVIT	107.690.000
		TOTAL	141.700.000
CORRENTE		DESPESAS DE CAPITAL	
		INVERSOES FINANCEIRAS	107.690.000
TOTAL	107.690.000	TOTAL	107.690.000

RESUMO

RECEITAS CORRENTES	141.700.000	DESPESAS CORRENTES	34.010.000
		DESPESAS DE CAPITAL	107.690.000
			141.700.000



FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA  
BALANCETE REF. PERÍODO DE 01.01.89 a 30.11.89

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		PATRIMÔNIO	
CONTAS CORRENTES		Patrimônio Líquido .....	1.519.844,44
Banestado .....	942,62	CIRCULANTE	
Bamerindus .....	0,80	I. R. Fonte a Recolher .....	71.015,01
	<u>943,42</u>		
POUPANÇA		RECEITA	
Banestado .....	4.676.900,14	Renda de Contribuições .....	953.507,49
Bamerindus .....	8.874.178,91	Renda de Títulos .....	14.563.735,11
	<u>13.551.079,05</u>	Juros de Empréstimos .....	70.291,52
APLICAÇÕES		Contrib. Lei 7771/83 .....	18.351,01
Bamerindus c/Over Night .....	1.521.267,34		<u>15.605.885,13</u>
EMPRÉSTIMOS			
Empréstimos Concedidos .....	8.303,94		
	<u>15.081.593,75</u>		
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios .....	0,03		
	<u>0,03</u>		
DESPESAS			
Aposentados .....	2.088.923,17		
Serviços de Terceiros .....	22.760,00		
Materiais de Consumo .....	543,53		
Seguros .....	2.924,10		
	<u>2.115.150,80</u>		
TOTAL DO ATIVO .....	17.196.744,58	TOTAL DO PASSIVO .....	17.196.744,58
LAURO LOBO ALCANTARA		WERNER WANDERER	VICENTE P. RODACKI
Tesoureiro		Presidente	Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ  
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1990  
RESUMO GERAL DA RECEITA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RUBRICA	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA	EM Ncr\$ 1,00
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES				
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			141.700.000	
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		43.198.000	43.198.000	
1210.01.00	CONTRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	14.260.000			
1210.02.00	CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ART. 6º G	15.140.000			
1210.03.00	CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS	9.432.000			
1210.04.00	CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS	3.225.000			
1210.05.00	CONTRIBUIÇÃO DOS FACULTATIVOS	1.140.000			
1210.06.00	CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO (ART.23)	1.000			
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL				
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		98.501.000	98.501.000	
1321.00.00	RENDIMENTOS DE TÍTULOS	98.500.000			
1322.00.00	JUROS DE EMPRÉSTIMOS	1.000			
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000	1.000	
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	1.000			

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1990

DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DAS DESPESAS - CONSOLIDAÇÃO GERAL

EM Ncr\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			1.410.000
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		6.500	
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		1.403.500	
3.1.3.1	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			
3.1.3.2	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	141.000		
3.1.4.0	IMPOSTO DE RENDA S/APLICAÇÕES	29.500		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.233.000		
3.2.5.0	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS		32.600.000	32.600.000
3.2.5.1	APOSENTADOS			
3.2.5.2	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	32.540.000		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	60.000		
4.2.0.0	INVERSOES FINANCEIRAS			
4.2.7.0	CONCESSAO DE EMPRÉSTIMOS		100.000	107.690.000
4.2.9.0	DIVERSAS INVERSOES FINANCEIRAS		107.590.000	
TOTAL .....				141.700.000